

# O USO DO ESPAÇO URBANO NA LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA<sup>1</sup>

Fabiana Valdoski Ribeiro<sup>2</sup>

## Introdução

Um dos movimentos sociais de destaque no Brasil é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que luta pela realização efetiva da Reforma Agrária no país com o rompimento da estrutura fundiária vigente pautada na concentração de terras nas mãos de poucos.

Para tal, o movimento articula estratégias, cria e recria táticas no sentido de questionar o grande latifúndio e a propriedade que não realiza sua função social.

Nesta última década, o MST intensifica suas ações no espaço urbano revelando uma nova estratégia de luta, que nos apresenta elementos para apontar e compreender um novo patamar da questão da terra no Brasil

É com esta reflexão inicial que este artigo pretende compreender o significado da estratégia de uso do espaço urbano por meio de suas táticas na cidade de São Paulo. Esta reflexão sobre táticas apresenta suas formas, suas diversidades, e os sujeitos sociais que estabelecem diálogo, e assim, cada aspecto revela limites e superações do MST. O conjunto dessas táticas, que representam a estratégia de uso do espaço urbano, converge para um momento, e também processo, de resistência à lógica capitalista na produção de um espaço para a reprodução da vida com outros princípios.

Sabemos que neste momento de construção do pensamento, o processo aqui proposto para reflexão exige ser pensado sob vários planos articulados produz e reproduz o espaço por meio de estratégias. Temos o plano da reprodução geral da sociedade, o plano da reprodução capitalista, ou seja, das estratégias que vão de encontro à reprodução ampliada do capital, e o plano da reprodução da vida, que possui como objetivo a realização do homem enquanto ser humano que tem direito ao uso.

O primeiro traz o movimento da reprodução capitalista, que tende a fragmentar e segregar os objetos que estejam ao seu redor através da propriedade privada, legitimada por um aparato estatal e jurídico, permitindo, desse modo, o direito de apropriação a poucos. Porém, ele não produz suas condições para a realização do processo sem

---

<sup>1</sup> Pesquisa apresentada no Trabalho Graduação Individual para obtenção do título de bacharel em geografia na Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> Universidade de São Paulo - valdoski@usp.br

resistências, nos remetendo desta maneira ao segundo plano. Na reprodução da vida dispomos dos elementos de resistência, que por meio do questionamento da reprodução capitalista, propõe um projeto que possibilite a apropriação do espaço e dos objetos produzidos pelo homem, com a perspectiva da produção de relações sociais com outros princípios, bem como, um espaço que não seja segregado e fragmentado.

Com esta reivindicação do espaço para a reprodução da vida surgem os movimentos sociais, forma de organização da população sem direito ao uso, que questiona as estratégias da reprodução capitalista, além de contestar o espaço produzido para o capital. Em nossa leitura, o MST aparece como o movimento social, que tem na Reforma Agrária a contestação do sistema, e que extrapola e transforma o sentido reivindicatório do movimento.

Este movimento social traz como estratégia o uso do espaço em três diferentes tipos de ações: manifestações nos centros das cidades, inserção das secretarias em seus diversos níveis no sentido de proporcionar a articulação política entre os entes de resistência dos trabalhadores e a constituição de um trabalho de base com a população urbana.

### **A estratégia de uso do espaço urbano**

O resultado da luta aparece na resistência do movimento, momento em que questiona o capitalismo rentista que produz a concentração fundiária impedindo os camponeses de se apropriarem da terra e da realização do sentido social, compreendido nesta circunstância como o espaço para a reprodução da vida.

Esta estratégia empreendida no espaço urbano é produto da reflexão sobre a conjuntura política a partir da segunda metade da década de 90, que exige novas formas de atuação no processo de luta. É com ela que o MST constrói seu projeto, e essa construção passa pelas reflexões feitas sobre os processos conjunturais e estruturais (capitalismo rentista) de nossa realidade; tal fator nos revela seu constante movimento de criação.

Como fator estrutural temos o capitalismo rentista, no qual o proprietário de terras e o capitalista se torna uma só pessoa, transformando a terra em um elemento essencial para a reprodução capitalista no Brasil, que exige tanto relações típicas desse modo de produção como relações pré-capitalistas para extrair a renda capitalista da terra e seu lucro extraordinário.

Nesse processo ocorre o aumento da concentração de terras que caracteriza nossa estrutura fundiária, impedindo o acesso de camponeses à terra, além de estimular processos de grilagem (meio de falsificação de títulos), já que “terra” significa poder político.

Esse expediente ilegal (grilagem) se legitima com a ação do Estado que reconhece títulos de propriedade.

Logo, o Estado torna-se um sujeito primordial que se confrontará com o MST. Assim, cada um terá sua estratégia envolvendo agora a cidade, pois é nela que se localiza a sede do Estado com seu centro de decisão política e de poder.

Essa luta vem para a cidade e se apresenta concretamente em suas táticas, em suas formas de luta, mostrando o conteúdo da estratégia de uso do espaço urbano.

É importante colocar a diferença entre tática, estratégia e objetivo. A tática é tomada como uma ação prática, que realiza a estratégia de classe para alcançar o objetivo pretendido, como no caso desta pesquisa, as táticas são as ocupações, marchas, etc. A estratégia é o uso do espaço urbano enquanto espaço político, e o objetivo, a efetivação de uma Reforma Agrária que valorize a utopia de camponeses ou trabalhadores da cidade que desejam retornar ao campo.

As estratégias carregam em si projetos para a sociedade, por isso, na cidade há a confrontação de estratégias, porque cada classe constrói seu projeto com suas utopias. Por isso, a análise caminha no sentido de compreender a estratégia do uso do espaço urbano como espaço político, através das formas de luta.

A estratégia de uso do espaço é um momento que permite perceber dois níveis da luta. O primeiro corresponde a sua atuação no campo (ocupação /acampamentos /escolas rurais/ entre outras), onde aparece como o lugar da possibilidade de realização da vida. O segundo compreende a atuação na cidade (ocupações de prédios públicos/ marchas/ acampamentos), revelando-o como espaço de luta fundamental para se conseguir a conquista do lugar para a reprodução da vida.

As formas de luta questionam as normatizações impostas pelo Estado, pelos centros de poder, que são engendradas para a reprodução capitalista. Este movimento social traz como proposta a possibilidade da produção de novas relações sociais, que resgatem a possibilidade enquanto realização da necessidade do humano e de um espaço para a reprodução da vida.

Essa possibilidade do MST se revela por meio do projeto de Reforma Agrária, que desde o início, trazia vários elementos para a ampliação de seu significado e, que, ao longo de sua construção teve como tendência a continuação da ampliação do significado da Reforma Agrária que representa a passagem de uma luta restrita aos camponeses para a de toda a sociedade, já que põe em xeque a propriedade privada, elemento fundante do modo de produção capitalista.

A propriedade privada da terra alcança toda a sociedade não se restringindo ao campo. É ela que retalha o espaço produzindo-o como mercadoria e, sendo utilizado por aqueles que possuem dinheiro para comprá-lo e negado àqueles “despossuídos”. A gestão da propriedade ao longo da história se legitima na instância jurídica, como consequência, delega-se ao Estado o poder de desapropriação, como também, o de dar condições para garantir a “boa saúde” do processo de acumulação capitalista.

O Estado estende seu poder em todo o espaço para garantir a reprodução, e no caso brasileiro, a presença da propriedade privada da terra é sua condição. Seu poder se irradia da cidade. Portanto, a generalização da propriedade privada da terra, transformando o espaço em mercadoria, é o que o MST questiona, estendendo-o para toda a sociedade, principalmente porque envolve o Estado, gestor desse processo, com seu centro de decisão política no espaço urbano, explicando de certa maneira, a presença do MST na cidade de São Paulo, pois se criou a necessidade de uma estratégia de uso do espaço urbano para a resistência, como ampliação da luta, consequência da generalização do espaço enquanto mercadoria e elemento central através do qual se realiza a reprodução.

O MST ao empreender uma estratégia na cidade revela a centralidade desta, mas também a sua segregação imposta pela propriedade privada à sociedade, como decorrência da impossibilidade de apropriação dos lugares onde vivem, e isto se revela seja no campo ou na cidade. Esse impedimento traz o MST para o espaço urbano e, permite o enraizamento dele na cidade quando este “abraça” aqueles que são igualmente segregados no espaço urbano, justificando mais uma vez, a sua ampliação e aprofundamento da concepção de Reforma Agrária e a passagem de uma luta restrita a uma classe para todos aqueles que sofrem a segregação.

Portanto, a estratégia na cidade permitiu dar visibilidade a esses questionamentos e à resistência do movimento devido à centralidade que ela possui, construindo um debate com a sociedade, principalmente, com a população urbana. Esse diálogo, que se estabelece nessa estratégia de uso do espaço urbano, se faz, com os meios de comunicação, com o Estado, com intelectuais e com a massa de pessoas segregadas da cidade. Cada sujeito social do qual o MST se dirige, produz um tipo de conteúdo ao debate. Logo, as táticas são articuladas, para não perder as oportunidades que a possibilidade da amplitude da luta coloca. Segundo Comparato, *“O senso de oportunidade do MST, ou seja, a habilidade que seus líderes tem em prever quais manifestações mobilizam mais a imprensa nacional, constitui um fator importante para a visibilidade do movimento nos meios de comunicação. O MST sempre organiza manifestações de massa, sejam elas marchas, acampamentos ou ocupações, pois, como afirmam seus líderes, essa é a melhor maneira de evitar a repressão dos manifestantes (...).as estrategistas do MST sabem muito bem que um acampamento à beira de uma rodovia tem muito mais visibilidade do que no interior das terras, do mesmo*

*modo que montar um acampamento provisório em frente ao Palácio do Governo ou diante de órgãos do governo ou agências bancárias garante presença no noticiário da televisão e nos jornais. A ocupação de prédios públicos ou a concentração de militantes em frente à fazenda da família do Presidente da República, por sua vez, garante um lugar de destaque na imprensa, enquanto durar a mobilização”.*

As formas de luta que o MST apresenta na cidade de São Paulo são: as ocupações de prédios públicos, os acampamentos realizados pela cidade, as marchas, as atividades culturais e de formação política, e o trabalho de base com moradores de São Paulo e da região metropolitana. Essas táticas, a partir de meados da década de 90 se intensificam, trazendo, inclusive, uma mudança qualitativa no uso do espaço urbano que está atrelada à passagem da relação cidade-campo para centro-periferia.

Essas idéias fundamentam a pesquisa sobre a relação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a cidade de São Paulo por meio da ciência geográfica, pois tal questão diz respeito a um processo que envolve a produção e utilização do espaço posto em seu nível político.

É através da geografia que podemos entender as relações sociais existentes, pelo desvendamento da sua prática socioespacial, e assim, o movimento de produção e reprodução do espaço com suas estratégias de classe e de dominação. Compreender a produção e a reprodução das relações sociais a partir das contradições da sociedade, de seu movimento e dos variados interesses e estratégias de classe: um movimento da reprodução, que traz consigo novas produções, materializando-se no espaço, reproduzindo-o.

As relações sociais se produzem conforme o tempo e o espaço em que estão inseridas, portanto, entender o significado atual e a característica específica do modo de produção capitalista se torna fundamental, já que se apresentam as contradições dos níveis da trama social. A contradição central que está na base da sociedade capitalista, e que se aprofunda a cada dia, é a produção socializada e sua apropriação privada. Este é o momento basilar para apontar os diferentes interesses do capital e da vida, no qual temos o confronto entre propriedade e apropriação.

### **As táticas de uso do espaço urbano**

Uma de suas táticas é a ocupação, apropriada de outros movimentos sociais anteriores, tornando-se símbolo do movimento. Suas ocupações, primeiramente, se realizam nas terras a serem desapropriadas para fins de Reforma Agrária, aos poucos, ela começou a ser percebida como algo essencial também na cidade. A ocupação se volta para os prédios públicos, ou seja, prédios que abrigam setores do Estado ligados à viabilização

da reforma agrária, ou mesmo, àqueles que fazem parte do mecanismo jurídico que empreende ofensivas aos líderes do movimento. Um militante do MST nos apontou que “... a ocupação têm muito mais um fator de político, de chamar a atenção do que está sendo reivindicado”.

As ocupações são momentos que o Estado é confrontado diretamente, levando as últimas conseqüências o conflito de estratégias no espaço, já que é necessário entrar no prédio para conseguir o reatamento das negociações ou o cumprimento dos acordos.

Nas cidades, também se realizam acampamentos como forma de dar visibilidade às reivindicações do movimento, já que esta tática representa uma manifestação permanente na cidade, que chama a atenção das pessoas que circulam pela região. De acordo com o movimento, os acampamentos nas cidades revelam as reais condições de vida enfrentadas nas estradas e rodovias pelas pessoas que entram na luta todos os dias.

Os acampamentos representam mais uma ação de pressão ao Estado. O movimento ocupa um local, ergue seu acampamento e faz dele, de maneira concreta, o lugar de enfrentamento político. Questionam as medidas que estão sendo cumpridas e, que vão contra a luta pela reforma agrária. Este é mais um momento de uso do espaço urbano, que expõe seu nível político e estratégico.

Os lugares onde se realizam os acampamentos revelam seu conteúdo, são os centro de poder, onde o Estado elabora suas estratégias e táticas, como na Assembléia Legislativa, para dar legitimidade a algum processo que vai de encontro à lógica de seus interesses, ou então, o lugar onde se executam as normas e medidas tomadas por ele, como no caso do Incra. Cada um representa um nível no poder estatista, ou seja, o primeiro tem seu nível estadual e o segundo federal, revelando a articulação entre ambos, já que uma medida auxilia e realiza-se na outra.

Tanto a ocupação quanto os acampamentos, só desocupam os locais quando são atendidas parte de suas reivindicações.

A marcha, que o MST realiza, é algo que remonta a outros movimentos sociais e a fatos ocorridos na história da humanidade (como a longa marcha da China) e, que o movimento tenta resgatar quando se utiliza dela.

No início do MST, eram chamadas apenas de caminhadas, isto é, andavam pelas rodovias até chegar a cidade que possuía maior força política para resolver a situação das terras naquela região. Nesse processo, o sentido da caminhada vai se fortalecendo, tornando-se essencial na luta pela terra.

Em meados da década de 90, a marcha toma outras proporções. O governo lança uma estratégia ofensiva sobre o MST, tentando de todas as maneiras isolá-lo, e como resposta a essa atitude, o movimento resolve intensificar sua ida para as cidades, por meio da marcha, conquistando o apoio necessário da sociedade para não ficar isolado. Stédile expõe o por quê da realização da marcha: “... *fizemos a marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, no momento em que o governo FHC procura nos isolar da sociedade (...) o objetivo foi conversar com a população e romper com o isolamento que o governo tentava impor. E foi um amplo sucesso*” (FERNANDES, 2000.).

O marco de inflexão é o ano de 1997, ano da Marcha para Brasília, chamada de *Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça*, onde se questionava a política neoliberal de FHC, e questionava o massacre de Eldorado de Carajás, além de comemorar pela primeira vez o Dia Internacional da Luta Camponesa. A partir dessa marcha, se construiu um calendário de lutas. Inicialmente, foi escolhido o dia internacional de luta camponesa, uma iniciativa da Via Campesina (organização internacional de trabalhadores rurais), depois se elabora a Jornada de Lutas, que ocorre no mês de abril, a marcha do dia das mulheres em março, e também a Romaria da Terra. Nestas datas temos na cidade de São Paulo, sem terras percorrendo o centro velho, a Avenida Paulista, a região do Ibirapuera, o bairro de Santa Cecília e do Pacaembu.

Mesmo ocorrendo essa grande marcha, que trouxe reivindicações de caráter nacional, continuaram aquelas em nível regional, que leva em consideração as demandas do Estado. A marcha realizada pelos sem terra na cidade ganha maior visibilidade, elas percorrem trechos centrais, onde se localizam os centros de poder político e econômico, e se ligam a questões mais específicas.

Temos as marchas até o Incra, localizado na região de Santa Cecília, e que vem exigir vistorias das terras ocupadas e a aceleração nos processos de desapropriação. Há o exemplo da ida até a Receita Federal no prédio do Ministério da Fazenda, na qual o movimento leva sua pauta de reivindicações. As marchas na Avenida Paulista realizam suas paradas em frente ao Banco Central, no prédio da Justiça Federal, lugares que representam o Estado. Há também, as manifestações realizadas pelo MST no MASP (Museu de Arte de São Paulo), lugar que traz uma história recente de lutas que ocorre na sociedade, como as dos professores e estudantes, a de trabalhadores ligados à saúde, movimentos sindicais, entre outros. Eles caminham até a Assembléia Legislativa, levando suas reivindicações para discutir com os deputados.

Esse tipo de tática possui toda uma organização com a formação de fileiras representando colunas de luta, garantindo a pacifidade em todo seu percurso (mesmo assim, ocorre a repressão) e utilizam-se de bandeiras, bonés, camisetas do movimento,

expondo sua passagem pela cidade, além de carregar em suas mãos os mais simples e fundamentais instrumentos de trabalho, como por exemplo a foice e a enxada, exemplo de resistência e trabalho.

As marchas são realizadas por homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, e todos aqueles que estão apoiando a luta dos sem terra, questionando os rumos políticos do país, entre eles estão os estudantes, os intelectuais, parte dos sindicalistas, etc.

A marcha é uma manifestação que revela a centralidade da cidade, pois se caminha em ruas ou avenidas que possuem um conteúdo ligado ao poder, ao centro de decisão. Esse poder é aquele do Estado com suas instituições. É aquele econômico, onde estão localizados as empresas multinacionais, os grandes bancos, os grandes agentes da reprodução capitalista.

As transgressões são feitas no centro, pois na produção do espaço emerge uma centralidade, onde os fluxos de pessoas, mercadorias, etc se concentram, e produz o encontro dos diferentes. É neste espaço que as contradições do modo capitalista de produção são vistas de maneira mais marcante. Contraditoriamente, existe neste mesmo espaço, a possibilidade de diálogo e união de forças.

As manifestações no centro são momentos que a “população dominada” que foi segregada do centro e do uso da cidade, retorna para apropriar-se desse espaço. Contudo, essa transgressão faz com que aqueles que dominam o espaço se utilize do aparelho repressivo para debelar essa ação.

No processo de luta, com a utilização da tática da marcha, o movimento ganha uma dimensão que extrapola seu ato, a marcha ganha um sentido simbólico, necessário para dar continuidade e persistência àqueles que passam pelas maiores dificuldades no decorrer do processo de luta, como em acampamentos, vigílias e ocupações. Por outro lado, a marcha resgata o sentido da rua na cidade, chamando o corpo para se manifestar e permitindo, novamente, a possibilidade da cidade enquanto uso e apropriação do espaço pelo homem.

A apropriação da rua pelas manifestações faz o corpo falar, se libertar, utilizar os sentidos e construir um espaço público real, onde as pessoas expressem suas opiniões. Permite que os participantes da *marcha* questionem as ações do Estado e suas políticas públicas, e os “de fora”, os “diferentes” que vêem a manifestação, saiam, mesmo que seja por um instante, da apatia de sua realidade.

A rua é algo que persiste ao longo da história enquanto modo de apropriação, e ganha em cada sociedade conteúdos diversos. Isto nos possibilita refletir sobre seu uso enquanto potência de resistência à produção da cidade capitalista (cidade produto). *“Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, apropria-se dos*



*lugares, realiza um tempo-espaço. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor-de-uso podem dominar a troca e o valor-de-troca*” (LEFEBVRE, 1999), desse modo, materializa-se o espaço de resistência, com direito ao uso.

Mesmo que a rua seja dominada por normatizações e por repressões, é nela, que se realiza a generalização do mundo da mercadoria, pois dá condições a isso, sendo pensada somente como o lugar da circulação e passagem para a efetuação do ciclo do capital. Neste aspecto negativo podemos pensar seu positivo para o MST, já que revela a rua como força para a organização dos trabalhadores, pois consegue parar, ou pelo menos “agitar” uma Avenida Paulista durante a semana. O MST rompe com a norma, transgride e concretiza a apropriação, faz uso do espaço urbano, e chega a seu objetivo que é a busca da visibilidade para o debate sobre Reforma Agrária “ A passagem na rua, espaço de comunicação, é a uma só vez obrigatória e reprimida. Em caso de ameaça a primeira imposição do poder é a interdição à permanência e à reunião na rua” (opt. cit).

A rua é também o lugar do encontro, da mistura, da simultaneidade, e é nessa possibilidade de encontro que há a efetivação do objetivo do MST, ou seja, se realiza o debate acerca da luta, dando sentido a sua ampliação, pois na rua ocorre o encontro dos diferentes.

Outro aspecto que Alves nos apresenta para a reflexão, é a proteção que a rua nos permite, revelando a potência do coletivo, da união “... a rua possibilita o encontro, a manifestação protegida pelo anonimato garantido pela multidão...” , que dificulta a ação repressiva do Estado.

A marcha pode ser apenas um momento, uma passagem, como igualmente a rua nos proporciona, o instante (ai está o seu limite), contudo, permite mais uma vez a interação entre a população do campo e a da cidade, colocando a resistência ao modo de produção no sentido de romper os isolamentos, unir forças, e demonstrar que a luta pela qual está se realizando é de todos e que o debate é fundamental. Daí, a marcha mostra a sua potência e pode terminar associada a outras táticas como a ocupação de prédios públicos ou os acampamentos.

Temos as secretarias do MST que possuem a função de “gerir” a organização, coordenando e articulando-se com as demais instâncias de resistência dos trabalhadores e viabilizando as atividades propostas pelos setores e coordenações do MST. Este trabalho de viabilização e centralização nos mostra também um tipo de militante com outro perfil, aquele que auxilia o movimento em seus “bastidores”.

Uma nova tática se apresenta na estratégia de uso do espaço urbano, o trabalho de base com a população da cidade. É esta tática que carrega a possibilidade de revelar o

aprofundamento da Reforma Agrária e a mudança de qualidade do MST, com a passagem de uma luta somente dos camponeses para uma luta de toda a sociedade.

Desse modo, a condição prática apresenta a cidade enquanto mediadora do conflito entre os interesses da ordem distante, do Estado e das instituições, e a da ordem próxima, do vivido, do imediato, onde a população oprimida e organizada coloca a necessidade prática de um espaço para a reprodução da vida conforme o projeto que produzem, que carrega em si o possível da produção do humano, resgatando-o do processo constante de perdas, que o leva a sua desumanização.

A cidade, além de mediadora, é parte integrante e fundamental da luta dessa população segregada, já que ela é produto das relações sociais e abarca as contradições da reprodução, vista através destas táticas postas no espaço. Assim, surge a necessidade da realização de um trabalho de base.

A responsável por este trabalho é a Secretaria Regional Grande São Paulo. Suas tarefas extrapolam àquelas das demais secretarias, pois está diretamente ligada ao setor de “frente de massa” que exige outras demandas para viabilizar este trabalho. Ele se efetua nas regiões na qual o capitalismo invade violentamente o campo, impondo suas relações típicas (assalariamento) e provocando a expulsão de inúmeras famílias, como no caso das regiões metropolitanas de Campinas e São Paulo.

O trabalho de base nas cidades de Campinas e São Paulo se deu com a articulação da Igreja e os movimentos sociais urbanos que num primeiro momento enfocou as pessoas que ainda possuíam ligação com a terra no campo.

Em São Paulo há a articulação da Igreja católica, que já tinha um trabalho junto aos moradores de rua e o movimento dos sem teto (MTST). Ao invés de focar somente aqueles que possuíam ligação com a terra, o trabalho se realiza com todos que queiram participar e se engajar na luta pela Reforma Agrária.

O MST vê o trabalho de base como uma prática multiplicadora do projeto que propõe. Essa prática tem o objetivo de despertar a dignidade e a partir daí, proporcionar o desafio da participação ativa, canalizando o que eles chamam de *rebeldia popular* para a transformação da realidade.

Para o MST *“essa prática multiplicadora pode ser realizada nas favelas, nas ocupações de terra, nas fábricas, nas Igrejas, na instituição do Estado e nos espaços internacionais. Ela se sustenta quando mantém os pés no chão e a cabeça nos sonhos. Consegue vitórias quando articula as lutas econômicas com as diferentes lutas políticas e sociais. E perdura, em qualquer conjuntura, quando combina ações de rebeldia com as*

*disputas na legalidade*<sup>3</sup>. O trabalho de base é fundamental para a transformação e organização da população.

O trabalho de base é uma atividade, intimamente, associada aos movimentos sociais, pois é por meio dele que se organiza a população para reivindicar a necessidade que a condição prática coloca. Para o MST, o sentido do trabalho de base é trazer para a luta da Reforma Agrária as pessoas que foram expropriadas ou àquelas que desejam resistir antes do processo de expulsão da terra. Hoje, o trabalho de base é feito na cidade e traz a população segregada que não possui nenhuma perspectiva para suas vidas. São albergados, desempregados, moradores de rua que vêem no MST uma nova chance para a reconstrução de suas vidas.

O que compreendemos é que neste momento ocorre a passagem da cidade enquanto espaço para a visibilidade da luta e busca de apoio da população urbana, para a cidade como um espaço de organização e formação política dessa própria população. Ela torna-se não somente um apoiador, mas aquela que a realiza efetivamente.

O uso da cidade dessa forma resiste à lógica imposta pela ordem distante (das instituições e do Estado), e a luta não se faz apenas com aqueles de “fora”, que vieram dos assentamentos e acampamentos, o uso agora, é da própria população urbana, construindo a resistência à segregação imposta por essa racionalidade do espaço para a realização da mercadoria, que impede o morar e o usufruir da cidade.

É esta população que se apresenta segregada do uso da cidade que o MST reúne, por isso, todo o espaço é passível de ser ocupado. No centro temos os moradores de rua e albergados e na periferia as favelas, as áreas sem condição de infra-estrutura.

A cidade se torna possibilidade quando o movimento social como o MST, aparece repondo o seu uso como condição à luta. Traz a possibilidade de organização do povo. O objetivo do movimento é continuar ligado intimamente com a cidade e não negá-la. Ela se torna impossibilidade quando se proíbe o uso, no entanto, o movimento aparece como resistência a essa negação do uso e a repõe como condição à luta.

Desse trabalho de base na cidade, um novo projeto de assentamento começa a ser esboçado: *A Comuna da Terra*.

A gênese da discussão sobre este novo projeto está no estado de São Paulo, pois aqui há pouca terra para assentamento e o trabalho de base se dirige a um outro perfil da população. O objetivo é trazer alguns elementos das relações sociais estabelecidas no campo, que foi perdida na cidade, como a cooperação, a solidariedade, a relação com a

---

<sup>3</sup> Consulta Popular, Cartilha número 04 – O Trabalho de Base.

terra como referencial criando uma nova identidade. A construção dessas comunas permitiria a “recampenisação” da população, entretanto, esse fato não significa o retorno ao campo utilizando-se das atividades tradicionais em termos de trabalho, mas de atividades mistas, ou seja, não só a produção de produtos orgânicos como também, a marcenaria, a serralheria.<sup>4</sup> A proposta da Comuna da Terra extrapola a relação cidade-campo e talvez, a faça superar, já que os aspectos que a “definem” se articulam e se misturam nessa nova produção do espaço para a reprodução da vida.

### **Considerações Finais**

A luta do MST não é uma questão somente do campo, é uma reivindicação que desmorona as bases do capitalismo rentista, já que aquele detentor de terras é quase sempre o dono de um poder político e econômico, acentuando a fragmentação e segregação espacial. O MST não é um movimento social rural, ele extrapola esse adjetivo/objetivo quando propõe um projeto como o da Comuna da Terra misturando elementos da cidade e do campo ao enfrentar uma nova realidade. Ele é fruto de uma recente dinâmica no qual o capitalismo invade o campo, acentua suas contradições, territorializa e monopoliza o capital, subordina o camponês ou o transforma em assalariado.

Com esta realidade posta pelo MST que afirmamos que este movimento social vislumbra a constituição da sociedade urbana. Há um novo ritmo na relação espaço-tempo, novas relações se constroem trazendo outras necessidades e comportamentos, além de produzir novas formas no espaço.

No processo de constituição do urbano há a criação dos centros de poder e da periferia; o centro de decisão e de poder implica riqueza, que é absorvida da periferia segregada por meio da exploração que se faz de várias formas. A centralidade que encaminha o MST para atuar ativamente no espaço urbano faz parte dessa relação centro-periferia que está subordinada a um processo maior que é o da fragmentação do espaço. E o MST vem para a cidade se apropriar do centro que lhe foi tirado e, deixa claro, a resistência da periferia à segregação que lhe é imposta nesse processo de constituição de uma sociedade urbana na mistura que faz dos elementos da cidade e do campo na conquista do direito ao uso.

A ação do MST aparece como o possível, mesmo que haja desencontros em suas experiências. Há a capacidade de criar, e esta característica se torna fundamental para enfrentar a diversidade de situações que a realidade brasileira impõe a um movimento que tenta resgatar o homem da sua desumanização, ou melhor, de “sua pré-história”.

---

<sup>4</sup> A nova idéia que o movimento traz é o da Comuna da Terra. Delweck, coordenador nacional do MST, explica em uma palestra proferida na UNICAMP em setembro de 2003 no III Encontro dos Amigos do MST.

## REFERÊNCIAS

- Alves, Glória da Anunciação, "O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação", tese doutorado – DG-FFLCH-USP, orient. Ana Fani Alessandri Carlos, São Paulo, 1999.
- Bogo, Ademar, "Lições de Luta pela Terra", Expressão Popular, São Paulo, S/D.
- Carlos, Ana Fani Alessandri, "Espaço-Tempo na Metrópole", Editora Contexto, São Paulo, 2001.
- Comparato, Bruno Konder, "A ação política do MST", dissertação de mestrado -FFLCH-USP, orient. Maria Teresa Sadek, São Paulo, 2000.
- Fernandes, Bernardo Mançano, "MST: Formação e Territorialização", Ed. Hucitec, 2º edição, São Paulo, 1999.
- Fernandes, Bernardo Mançano, "A Formação do MST no Brasil", Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.
- Lefebvre, Henri, "Espacio y Política: El derecho a la Ciudad II", Ediciones Península, Barcelona, 1976.
- Lefebvre, Henri, "Revolução Urbana", tradução: Martins, Sérgio, Editora UFMG, Belo Horizonte, 2002.
- Lefebvre, Henri, "O Direito à Cidade", Editora Moraes, São Paulo, 1991.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, "A agricultura camponesa no Brasil", Coleção Caminhos da Geografia, Ed. Contexto, 2º edição, São Paulo, 1996.
- Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, "Agricultura Brasileira - Transformações Recentes", SPM/CEM, São Paulo, 1993.
- Martins, José de Souza, "O Cativo da Terra", 7ª Edição, Ed. Hucitec, São Paulo, 1998.
- Stedile, J. P, Fernandes, B. M. "Brava Gente: trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil", 1ª Reimpressão, Ed. Fundação Perseu Abramo, São Paulo, outubro, 2000.